

DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS PARA O SERVIÇO SOCIAL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Fátima Grave Ortiz*

RESUMO

O artigo pretende refletir sobre os desafios postos ao Serviço Social na atualidade, em face ao novo padrão de desenvolvimento do capital, cujos desdobramentos podem ser observados nas mudanças no mundo do trabalho e no papel do Estado e no fortalecimento de tendências pós-modernas.

Palavras-chave: trabalho, Estado, modernidade, pós-modernidade.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste ensaio é, antes de qualquer coisa, e a despeito de seus limites, contribuir com o debate em torno do Serviço Social na contemporaneidade e, sobretudo, externar algumas preocupações que acreditamos estarem presentes na agenda profissional.

Neste sentido, partimos do entendimento de que o Serviço Social consiste em uma profissão cuja emergência na chamada divisão sócio-técnica do trabalho ocorre em uma fase bastante peculiar do capitalismo – a era monopólica. É exatamente a dinâmica imposta pelo monopólio, que acirrando as contradições inerentes à ordem do capital, passa a exigir novas modalidades de intervenção do Estado sobre as expressões da “questão social”. Assim, este Estado incorpora um novo rol de funções e responsabilidades, as quais visam desde a efetiva manutenção e garantia do sistema através das políticas de financiamento e empreendimento, até a reprodução da força de trabalho, garantindo, desta forma, sua legitimidade política.

É bem verdade que à medida que os trabalhadores – personagens do embate político – passam a exigir melhores condições de trabalho e principalmente de vida, e com isso desestabilizam o instituído, outros encaminhamentos na forma de conduzir a histórica relação capital/trabalho se fazem necessários. Contudo, sem querer nos estender aqui sobre tal tema, somos da opinião que o protagonismo político da classe trabalhadora, embora fundamental na correlação das forças existentes, apenas repercute em ganhos efetivos à medida que estes sejam, ainda que em parte, favoráveis ao menos em médio e longo prazos aos interesses vigentes.

* Assistente social, mestre e doutora em Serviço Social, professora da Escola de Serviço Social da UFRJ e conselheira do CRESS 7ª. Região (gestão 2005-2008).

É exatamente sobre o entendimento brevemente exposto até então que localizamos o surgimento das políticas sociais no Brasil e com elas a construção do espaço sócio-ocupacional do assistente social, este tradicionalmente incorporado pelo conjunto de programas e instituições sociais, como um dos seus instrumentos de intervenção no âmbito da reprodução material e, sobretudo, ideológica da classe trabalhadora.

Neste sentido, torna-se bastante clara a vinculação dos fundamentos da profissão – o Serviço Social – com o conservadorismo, expresso a partir da relação simultânea desta com a Igreja Católica e com o pensamento oriundo das Ciências Sociais. Considerando tais influências, fica evidente também o caráter tradicionalmente tomado pela intervenção profissional: a recristianização das famílias em um primeiro momento e mais tarde o controle das disfunções sociais via psicologização das relações sociais. Em ambas as “fases” (se é que assim podemos chamá-las, tamanho é o imbricamento das formas que assumem no cotidiano institucional), o objetivo é sempre o mesmo, em última instância: “responder”, na medida do “possível”, às demandas imediatas postas pela “clientela”, sem com isso e de modo algum, questionar a ordem; muito pelo contrário, trata-se de ratificá-la.

Foi assim por muito tempo, até que nos anos 60 uma nova perspectiva se pôs ao Serviço Social – a Renovação, cuja preocupação central inicial era tornar o Serviço Social capaz de atender as demandas postas pelo cenário sócio-político e econômico que se despontava. Mais uma vez eram as transformações conjunturais diretamente relacionadas à estrutura vigente que indicavam as necessidades ocupacionais para o Serviço Social. Para tanto, era necessária a revisão de suas bases, modernizando-as, vinculando-as a novos aportes teóricos (destacamos aqui a presença da vertente fenomenológica) ou quem sabe ainda, questionando completamente o que a profissão tinha sido até então, ou seja, o Serviço Social “tradicional”.

Dentre as vertentes presentes no circuito da Renovação, é a chamada “intenção de ruptura”, conforme nominada por Netto (1991a), que abriu a radical possibilidade, pela primeira vez na trajetória do Serviço Social, da superação com o histórico conservadorismo. Em princípio minoritária e restrita ao meio acadêmico, esta vertente buscava, a partir da apreensão dos fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos oriundos da tradição marxista, o rompimento com o instituído, com os valores culturais históricos da profissão.

No entanto, é somente ao longo dos anos 80 e, sobretudo, nos anos 90, que tal perspectiva torna-se hegemônica e não restrita ao âmbito da academia, mas também nos fóruns permanentes da profissão e em seus órgãos de fiscalização e representação. O amadurecimento experimentado pela profissão nos últimos anos, se por um lado, tem se expressado, não somente na participação da categoria nos congressos e encontros nacionais, mas na quantidade e principalmente qualidade dos trabalhos e comunicações apresentados; por outro, é também visível no atual projeto ético-político e de formação profissional.

No entanto, as condições objetivas são as mais adversas possíveis. Observa-se hoje um processo de reestruturação do chamado “mundo do trabalho” em curso, o que afeta diretamente o mercado profissional do assistente social, que é acima de tudo um assalariado; além disso, análises mais criteriosas apontam um refluxo da perspectiva moderna em prol do efêmero, do volátil e do irracional: trata-se da “onda” pós-moderna, que travestida do novo, reatualiza o que por muito tempo entendia-se como conservador, e que certamente põe em risco todo os projetos que, além de compartilharem com o ideal moderno, sobretudo primam pela superação da ordem vigente em busca de um mundo mais justo e igualitário. É neste cenário que o Serviço Social entra no século XXI, no qual torna-se imprescindível, não apenas o reconhecimento das ameaças possíveis, mas principalmente, sob pena de francos retrocessos, a reafirmação do caminho da “intenção de ruptura” percorrido por esta profissão até aqui.

Estes, portanto, constituem-se nos objetivos deste trabalho: mapear e analisar os processos que atravessam a profissão, quais sejam – o atual padrão regulatório, marcado pelas “metamorfozes” do mundo do trabalho e pelas novas feições assumidas pelo Estado; e as atuais representações ideoculturais, nas quais encontra-se o chamado “campo pós-moderno”. Esperamos com este trabalho lançar, deste modo, algumas contribuições acerca do cenário atual e sua relação com o Serviço Social, e mais ainda trazer inúmeras indagações, que suscitem os caminhos a se atentar para não incorrerem nos mesmos enganos tão presentes na atualidade.

1. OS ATUAIS RUMOS DA ACUMULAÇÃO E O DEBATE DA PÓS-MODERNIDADE: UMA ANÁLISE NECESSÁRIA E URGENTE

1.1 – O padrão regulatório em curso: as alterações no mundo do trabalho e as novas configurações do Estado.

Tem sido bastante presente no debate acadêmico atual, e incluímos aqui o Serviço Social, a discussão acerca das mudanças ocorridas no mundo do trabalho, o que nos desobriga retomar aqui exaustivamente tal agenda. Contudo, tal insistência neste tema é compreensível quando entendemos que se trata de um rol de alterações que se passam no interior da única fonte possível de sustento da classe trabalhadora dentro da ordem burguesa – o trabalho assalariado. Consistem, portanto, em metamorfoses que tangem esta condição assumida pelo trabalho no capitalismo, e não, como alguns insistem em afirmar, no trabalho em si, pois este permanece como categoria central na constituição da vida social.

Assim, verifica-se que tais mudanças no chamado “mundo do trabalho” residem na necessidade sentida pelo próprio capital em readaptar seu padrão de desenvolvimento, em crise desde os anos 70, objetivando manter e até ampliar seus níveis de acumulação. Portanto, o novo padrão de desenvolvimento capitalista comumente entendido como acumulação flexível vem conferir, por conseguinte, novos contornos ao mundo do trabalho, resultando em um processo comumente conhecido por reestruturação produtiva, cuja integral automatização do processo produtivo (não mais restrita ao âmbito da fábrica, mas também aos serviços) e racionalização das relações de trabalho são características fundamentais.

Os resultados mais visíveis aos trabalhadores são a precarização e o desemprego. O primeiro está presente nas variadas formas de contratação temporária, terceirizada e até mesmo quarteirizada¹. Atualmente são comuns os contratos temporários, sem estabilidade alguma e sem cobertura previdenciária, cujos pagamentos são feitos ao trabalhador na condição de autônomo. Tal modalidade de contratação aplica-se não somente no âmbito da produção *stricto sensu*, mas também na esfera dos serviços. Para os trabalhadores contratados com manutenção do vínculo empregatício também não existem maiores garantias. Além disso, tais trabalhadores são submetidos a um forte clima de insegurança e instabilidade, no qual aqueles que permanecem devem trabalhar pelos excluídos, intensificando a jornada sob o

¹ Entendemos por quarteirização processo efetuado por empresa terceira que emprega mão-de-obra a ser utilizada pela contratante de seus serviços.

discurso da polivalência, como se o rodízio das funções garantisse ao trabalhador o domínio efetivo do processo produtivo.

Aos excluídos do mercado formal, o argumento corrente para o desemprego é a falta de qualificação, gerando no trabalhador a incessante busca pela famigerada empregabilidade. Mais uma vez, o recurso de explicação para o desemprego reside no trabalho, pois se antes o desemprego pautava-se na incompatibilidade sócio-moral do trabalhador adequar-se a disciplina fabril, hoje se intitula por desqualificação profissional. Tratam-se de “novas” formas de se explicar o antigo problema: a estrutural incapacidade do capitalismo em absorver todos os trabalhadores face ao seu caráter contraditório e autodestrutivo.

Desta forma, é inegável que vivenciamos atualmente um processo de reorganização da vida, sobretudo econômica e política, em escala mundial, que tem gerado uma série de conseqüências para o chamado “mundo do trabalho”. Entre estes, consideramos um dos mais visíveis a fragilização do tradicional padrão de assalariamento, especialmente na sua condição de elemento integrador do trabalho. Rompe-se, desta forma, no dizer de Silva (1999), com a perspectiva do “trabalho livre, porém protegido”. Assistimos, assim, a um franco desmonte daquilo que se convencionou chamar de trabalho assalariado em prol de alternativas, estas propaladas como modernas e mais eficazes, como a terceirização e flexibilização. Alguns autores, como Silva (1999) atribuem a estas o engendramento de um vasto processo de informalização das relações de trabalho, que passam a se tornar mais fluídas e flexíveis.

Contudo, se em épocas passadas cabia ao Estado garantir as condições, ainda que insuficientes no caso brasileiro, para a reprodução do trabalhador e de sua família, hoje a nova configuração pública é flagrante. Assistimos, ao lado das metamorfoses do mundo do trabalho, mudanças na esfera do Estado, que concorrem ainda mais para a pauperização da classe trabalhadora.

Baseado nos princípios neoliberais, faz-se necessário a existência de um Estado forte, por um lado, capaz de manter seu compromisso de classe, expresso sobretudo na forma desigual de distribuição do fundo público, uma vez que prioriza investimentos nos setores mais importantes para o capital, ora financiando-o, ora protegendo-o e socorrendo-o; e por outro, fraco o suficiente quando se trata de gerir os gastos sociais.

Assim, minimizar o Estado – o Estado Mínimo, é uma das principais preocupações e bandeiras do pensamento neoliberal: reduzi-lo em seu tamanho, papel e funções em prol do mercado, este considerado o mais eficiente mecanismo de alocação de recursos, visto que o Estado é incompetente para administrá-los. É neste contexto que o processo de reforma do Estado vem se consolidando no Brasil, restringindo seu papel no espaço público e com isso transferindo à iniciativa privada funções que antes estavam majoritariamente sob seu domínio.

Na esfera da seguridade social, campo tradicionalmente importante para o Serviço Social, as mudanças são visíveis, embora não sejam tão recentes e nem se constituam efetivamente em uma novidade aos seus usuários. Na verdade, o modelo de seguridade social construído ainda nos anos 30, manteve-se restrito² até a Constituição de 1988, quando é estabelecida a composição de seu tripé – saúde, previdência e assistência social. Contudo, a crise dos anos 80 e a longa onda recessiva que envolve o Brasil desde então, vem desmontando o que recentemente havia sido conquistado. O desmonte, embora não seja ainda formal (a despeito da defesa de muitos acerca da inaplicabilidade da Carta Constitucional), se dá, ao nosso ver, subterraneamente em todos os campos da seguridade.

Na saúde, cujo favorecimento público ao setor privado reside desde longa data, mais precisamente durante os vinte e um anos de regime militar, é clara a existência de pelo menos dois sistemas de saúde paralelos: um para os que nada podem pagar e outro para os que, mesmo diante de inúmeras dificuldades, ainda podem. É a convivência efetiva entre o total sucateamento da rede pública ao lado do crescimento (sempre em expansão) dos chamados planos de saúde. Aqueles, ainda inseridos no mercado de trabalho (seja formal ou informal) se vêem na obrigação de pagar as mensalidades e de submeter às regras, nem sempre claras, das empresas privadas de saúde. Aos “desvalidos”, não cabe alternativa que não seja “correr o risco” (pois é exatamente assim que a crise na saúde é passada a população pelos veículos de comunicação de massa) na rede pública. Ao Estado não coube, como já se era de esperar, a reorganização dos serviços públicos de saúde, mas a regulamentação dos seguros e planos de saúde privados.

² Não podemos nos esquecer que por muito tempo o acesso às políticas sociais, principalmente saúde e previdência, mantiveram-se conforme o nível de contribuição de seus segurados. Somente após 1988, com o princípio da universalidade esta prerrogativa pôde ser alterada.

Quanto à previdência, quadro semelhante se processa, tendo em vista que a manutenção do teto para pagamento de benefícios obriga aquele trabalhador, cuja renda é maior, a complementar seus vencimentos na ocasião da aposentadoria com um benefício privado. Para tanto, deve, como na saúde, se submeter às regras e cálculos atuariais dos chamados fundos de pensão, caso queira no futuro possuir uma renda semelhante.

Já no caso da assistência social, seu acesso está diretamente condicionado aos critérios de elegibilidade exigidos para a obtenção dos benefícios solicitados, sejam eles de “prestação continuada” ou o atual “bolsa família”.

Neste sentido, é fácil deduzir, assim, o lugar das políticas públicas neste Estado de corte neoliberal. Elas devem ser focalistas, pontuais, compensatórias, sem orçamento suficiente, sempre voltadas para atender os setores mais vulneráveis da população. Além disso, boa parte dessas ações devem contar com a participação da iniciativa privada. É nesta direção, aliás, que se justifica a chamada “filantropia empresarial” e o voluntariado.

Reduzir tamanho e gastos – este é o objetivo do Estado de corte neoliberal, conforme os ditames internacionais, pois, se nos anos 50, cabia ao Estado desenvolvimentista promover a integração do Brasil no cenário capitalista industrial mundial, hoje, o Estado brasileiro continua incorporando as regras dominantes em sua agenda política, como condição para inserção no circuito internacional, contudo, a partir de uma racionalidade “diferente”, na qual cabem aos trabalhadores, entre eles os assistentes sociais, gerirem seus próprios destinos, ainda que em condições totalmente adversas e desiguais.

1.2 – As tendências ideoculturais em vigência: modernidade e pós-modernidade.

O conjunto de alterações apresentadas até aqui, tanto no âmbito do trabalho quanto do Estado, e que conformam o que comumente chamamos de novo padrão regulatório, tem sido vastamente atravessado por um ideário que lhe é funcional. Este questiona e, portanto, nega, a razão como base para o conhecimento e, mais ainda, para o desenvolvimento da vida social. Trata-se do campo pós-moderno, cuja principal perspectiva é romper com tudo que fora construído pela humanidade a partir dos pilares da chamada modernidade. Mas no que consistiu a modernidade?

1.2.1 – A modernidade e seus desdobramentos

A modernidade constituiu-se numa programática de natureza sócio-cultural, inspirada no projeto da Ilustração. Este se configurou no marco do chamado “século das luzes” e consistiu no que podemos chamar de um episódio do Iluminismo³, enquanto um dos projetos de caráter macroscópico para o ocidente, que buscava um novo sentido de homem e de humanidade. A Ilustração pautou-se na perspectiva iluminista, cuja característica central é a existência de uma dimensão racional, pois é somente pela via da razão que se pode entender e intervir sobre a vida social. É neste sentido que para o pensamento moderno, o mundo em seus espectros – natural e social, não é um caos (é importante sinalizar que tal perspectiva não é homogênea entre os ilustrados), mas um sistema que possui conexões causais – causalidades. O mundo, portanto, é um sistema (que não é casual ou aleatório), regido por leis que lhe são imanentes, como por exemplo, as leis da física. Tal legalidade não depende nem do conhecimento, nem tão pouco da pura ação dos homens. É possível a estes, sim, através do pensamento científico, reproduzir idealmente tais leis e delas se apropriar em seu benefício. O conhecimento racional deve ser, portanto, passível de crítica, argumentação e revisão, bem como comunicável a outrem.

Assim, considerando alguns autores que vêm estudando a conformação do projeto moderno de civilização, como Rouanet, este se pautou em três características auto-implicadas – a universalidade, a individualidade e a autonomia.

A universalidade significa que ele visa todos os seres humanos, independente das barreiras nacionais, étnicas ou culturais. A individualidade significa que esses seres humanos são considerados pessoas concretas e não como integrantes de uma coletividade (...). A autonomia significa que esses seres humanos individualizados são aptos a pensarem por si mesmos, sem a tutela da religião ou da ideologia, a agirem no espaço público e a adquirirem pelo seu trabalho os bens e serviços necessários à sobrevivência material (ROUANET, 1993, p.9)⁴.

³ O Iluminismo é considerado um projeto transistórico, pois atravessa quadros societários distintos, mantendo características originais e assumindo outras novas conforme o movimento da história.

⁴ A presença da autonomia no ideário ilustrado nos aponta dois elementos importantes: primeiro refere-se ao papel assumido pela educação, que se torna fonte da emancipação; o segundo que possui implicações

Deste modo, qual foi o programa sócio-cultural da Ilustração? Seu primeiro aspecto está centrado na necessidade do conhecimento racional da natureza⁵, pois somente assim se é possível, para os pensadores modernos, dominá-la e com isso explorá-la de forma otimizada de modo que ela possa servir melhor às carências materiais humanas.

Um segundo aspecto, que tem uma relação direta com o primeiro, diz respeito ao fato de que este conhecimento racional só pode acontecer se for eximida a estrutura social existente, cuja expressão é a Igreja. Faz-se necessário, desta forma, acabar com os mecanismos de censura, bem como garantir o trânsito de idéias e, para tanto, a vida social deve ser redimensionada por uma constituição legal, na qual seja possível a reorganização racional da sociedade, com o intuito de garantir-se igualdade e liberdade individual.

Assim, podemos dizer que o ideário da modernidade projeta-se sobre dois eixos fundamentais e organicamente conectados: por um lado, o fim das carências materiais a partir da exploração racional da natureza; e por outro, a afirmação da igualdade e da liberdade individual. É sobre estes dois eixos que a modernidade se propõe a buscar a felicidade humana⁶.

Um outro traço significativo desta concepção de mundo e da forma de apropriá-lo reside em seu caráter democrático, ou seja, todo e qualquer homem pode ascender a este conhecimento. Imaginem o impacto desse pensamento moderno, em uma época marcada pela idéia de que o conhecimento não é concedido a qualquer um, mas somente àquele que foi escolhido para tal fim. Não é por acaso, que a trajetória moderna é acompanhada por mudanças verificadas nos planos político, econômico e cultural, e é neste sentido que se observa paralelamente à construção e sedimentação desta, a constituição da chamada

econômicas, refere-se ao fato de que se todos podem ascender, pois possuem características humanas capazes disso, a construção ideológica da exploração de um homem sobre outro é tremendamente falaciosa. Tal aspecto redundou em refrações centrais no processo de ascensão burguesa e mais tarde nas revoluções de 1848. É como afirma Rouanet: “A propriedade privada nunca fez parte do repertório de idéias fixas da Ilustração.” (Rouanet, 1993, p.19).

⁵ Este pressupõe o conhecimento da natureza em si, isto é, independente da posição do sujeito.

⁶ Contudo, tal promessa não foi de fato contemplada, tendo em vista que, se de um lado, o progresso material, embora alcançado, não conseguiu ampliar-se sobre o conjunto da humanidade, por outro, não acompanhou a emancipação humana. Tal capitulação, se é que assim podemos chamar, ocorreu segundo seus críticos em função de dois motivos: ou suas promessas eram falaciosas, pois não seria de qualquer forma possível obter simultaneamente progresso e emancipação; ou seus meios foram ineptos para tal alcance. Esta capitulação consiste em uma das críticas sobre as quais a chamada pós-modernidade argumenta – ou seja, a razão moderna é inepta para construir o homem contemporâneo, e de que falaremos mais a seguir.

“revolução burguesa”. Ambos os processos “correm” conectadamente até a burguesia assumir o papel dominante na vida social. Como afirma Coutinho,

O capitalismo, em dado momento, representou – não só no plano econômico-social, mas também no cultural – uma extraordinária revolução na história da humanidade. Seu nascimento e explicitação implicavam na atualização de possibilidades apenas latentes na economia feudal desenvolvida, atualização que dependia, por sua vez, da dissolução e desintegração das relações feudais de produção. Esse caráter objetivamente progressista do capitalismo permitia aos pensadores que se colocavam do ângulo do novo a compreensão do real como síntese de possibilidade e de realidade, como totalidade concreta em constante evolução (COUTINHO, 1972, p.11).

Enquanto isso não aconteceu, a burguesia com o intuito de fazer valer seus interesses e projetos, recolheu as prerrogativas e o acervo cultural existentes, e tornando-se com isso a grande legatária das tradições humanistas e do ideário moderno⁷. No entanto, com a queda do Antigo Regime e ascensão da burguesia como classe dirigente e conservadora, passam a coexistir sob forte tensão os interesses desta com aqueles considerados universais, pressupostos originalmente no pensamento moderno (pensemos na igualdade, autonomia, emancipação e liberdade de que já falamos anteriormente). A constituição plena da ordem burguesa, que a tudo precisa submeter a sua lógica, maximiza a razão instrumental⁸ (que se torna quase como sinônimo de mensuração, na qual tudo que é racional/científico, deve ser também mensurável), subordinando então a razão emancipatória. Ou seja, em resumo, a burguesia captura os ideais da Ilustração enquanto são importantes para sua ascensão e os descarta ou metamorfoseia conforme seus interesses pautados sob a lógica regida pela relação custo/benefício.

Em 1848 com a ascensão do proletariado no cenário político, torna-se clara a incompatibilidade entre a perspectiva burguesa e o ideal ilustrado, culminando com a crise deste último a partir da segunda metade do século XIX. A burguesia não somente descarta os elementos progressistas presentes no pensamento moderno, como deforma outros que permanecem, dentre os quais a própria prerrogativa racional.

⁷ É importante notar que a revolução burguesa possui diferentes momentos: no primeiro, a preocupação é predominantemente econômica; já no segundo, observa-se a criação de um bloco que mobiliza forças para a remodelagem do poder político. Este se configura em seu ponto alto - a transformação do Estado.

⁸ Na verdade, não é possível a ausência da dimensão instrumental em uma sociedade complexa, a questão que se põe na ordem burguesa é priorizá-la frente à emancipação.

É neste sentido que observamos um divisor de águas que se estabelece entre duas fases do pensamento filosófico moderno: dos pensadores renascentistas a Hegel e depois com aqueles que se colocam no chamado agnosticismo, bem como no irracionalismo. A partir destes primeiros e, sobretudo com Hegel⁹, verifica-se a elevação dos pressupostos progressistas calcados no humanismo, na prevalência da história e da razão dialética. Reconhecem a existência da contradição, o que se torna um problema quando a burguesia assume a direção social da ordem, pois esta (a contradição) desmonta qualquer iniciativa burguesa de mascaramento do real. A contradição, desta forma, perde seu caráter em si e passa a ser entendida na ordem burguesa como ambigüidade. Esta é uma das características do pensamento racional no capitalismo – a negação da contradição¹⁰.

Outra característica assumida é a negação de que é pelo reconhecimento do aparente que se alcança a essência, esta, sim núcleo central que a análise crítica do real deve percorrer. Na razão burguesa, o aparente em si toma as vezes do real. Cabe ressaltar que, conforme Guerra (1995), toda a reflexão de cunho filosófico instaurada até a passagem para o século XVIII possuía, como eixo central de suas preocupações, a apreensão da essência das coisas. Para além do conhecimento da forma, da aparência fenomênica, os pensadores deste período procuravam se debruçar, não somente sobre como funcionavam as coisas, mas principalmente seu porquê. Com o século XVIII, o rol de preocupações dos pensadores altera seu foco para a intervenção sobre os fenômenos. Torna-se mais urgente a compreensão de como atuar sobre o fenômeno, e com isso, como controlá-lo. Nesta direção, há, no dizer de Guerra (1995, p.55), um “afastamento da reflexão ontológica”.

Na seqüência deste entendimento, verifica-se que a mesma tendência que prioriza o aparente, também privilegia a forma em detrimento do conteúdo, impedindo conseqüentemente o entendimento efetivo da realidade sobre a qual se debruça. A burocratização da vida social, portanto, fetichiza as relações entre os homens, que passam a ser instrumentos das “coisas”; estas, sim, autônomas e parecendo possuir vontade própria.

⁹ Contudo é importante ressaltar que embora Hegel seja o depositário da tradição humanista e progressista (e não é por acaso que Marx parte exatamente da concepção hegeliana), ele também possui no âmago de seu pensamento, elementos que deformam a concepção iluminista original, como por exemplo, a presença marcante do idealismo objetivo e a identidade entre sujeito e objeto.

¹⁰ A existência da contradição no pensamento científico burguês expressa algum equívoco ou lacuna ocorridos ao longo do processo. Para uma análise dos preceitos das chamadas teorias tradicional e crítica, ver HORKHEIMER, 1975.

Como afirma Coutinho (1972, p.29), “a razão reduz-se a um conjunto de regras formais subjetivas, desligadas do conteúdo objetivo daquilo que se aplicam. Essa ‘miséria da Razão’ transforma em algo irracional todos os momentos significativos da vida humana.”

Assim, a metamorfose experimentada pelo pensamento racional com a ascensão da burguesia faz com que este se divida em duas perspectivas diferentes, porém não completamente conflitantes, muito ao contrário. Tratam-se das vertentes inspiradas na chamada razão formal-abstrata, por um lado; e por outro, no irracionalismo.

Por que afirmamos que embora sejam diferentes, ambas as correntes se encontram? Começamos pelo irracionalismo. Para os pensadores irracionalistas, apenas na subjetividade é possível conferir-se a existência de valores autênticos, tendo em vista que a esfera pública ou objetiva, se assim podemos chamar, é mascarada pelos princípios capitalistas, que a tudo subverte. A primazia da subjetividade em alguns autores irracionalistas como Kierkegaard chega quase a religiosidade, ainda que atêia, mas carregada de sentido, na qual “o indivíduo descobre a divindade em si mesmo” (COUTINHO, 1972, p.34). Para ele, não são as mediações identificadas para a captura e elucidação do objeto capazes de nos fazer aproximar da realidade, mas ao contrário, somente pela subjetividade e pelas vivências pessoais se pode alcançar a realidade autêntica.

Já em Dilthey (COUTINHO, 1972), no tocante ao alcance do entendimento frente aos fenômenos sociais, a compreensão é mais reveladora que a explicação, pois esta primeira está diretamente vinculada à subjetividade daquele que compreende, enquanto a explicação apoia-se tão somente na razão; o que nos faz perceber que para as análises baseadas na concepção diltheyana, a verdade é algo difícil ou até impossível de se recolher, pois se o que vale é a compreensão e se cada um compreende de um jeito, ou não há verdade, ou ela está presente por toda parte, dependendo do ponto de vista de cada um. Com isso, depreendemos qual é a fonte de algumas análises pós-modernas atuais, que indicam que tanto o saber popular quanto o científico possuem a “sua” verdade específica.

A supremacia da subjetividade e da intuição¹¹ sobre a razão permeia inúmeros autores que participam da corrente irracionalista moderna – Kierkegaard, Dilthey, Nietzsche,

¹¹ Chamamos a atenção para a diferença existente no entendimento hegeliano, bem como também presente em Schelling no tocante ao sentido da intuição. Para ambos, idealistas, sim, mas objetivos, a intuição não expressa

Heidegger, entre outros. Como afirma Coutinho (1972), em todos estes com breves especificidades, que não nos cabe aqui desenvolver, permanecem as questões de fundo:

uma sublimação filosófica da crítica romântica do capitalismo; denuncia-se a realidade social, considerada fonte de dissolução da subjetividade e de desumanização, ao mesmo tempo em que se rejeita a razão, confundida com as regras formais que predominam nas práxis técnica e burocrática (...) vemos um processo fetichizador: determinadas formas particulares do mundo capitalista, tomadas em sua imediaticidade, são convertidas (...) em 'condição eterna do homem' (COUTINHO, 1972, p.36).

A segunda vertente posta em tela é exatamente aquela que se põe como antagônica ao irracionalismo – a razão formal-abstrata. Para os pensadores oriundos desta matriz como Comte, e depois Durkheim e Lévi-Strauss, a questão principal reside em afastar da análise dos fenômenos qualquer elemento que indique a presença da contradição.

A história não deve se constituir enquanto elemento imponderável para compreensão dos homens acerca do mundo em que vivem, tão pouco a teleologia é importante. Para Durkheim, por exemplo, a intencionalidade presente no ser social deve ser desprezível para o entendimento dos fenômenos, tendo em vista que esta reside no campo da subjetividade, e portanto, desconsiderável diante da postura científica.

A razão, sob a corrente formal-abstrata ou agnóstica (como em Coutinho, 1972), perde completamente seu conteúdo clássico e é totalmente deformada de seu sentido original. Como já mencionado anteriormente, a burguesia, agora classe dominante e dirigente, preocupada em se manter hegemônica frente ao proletariado, precisa de fato travestir o caráter progressista que o pensamento racional significava e conceder a ele uma nova roupagem, capaz de assegurar sua legitimidade. É fácil perceber como tais pensadores¹² trasladam, ainda que involuntariamente, o ideário racional de um pólo a outro, rompendo com qualquer raiz emancipatória, ocultando a essência real dos fenômenos. Como analisa Coutinho,

Enquanto o racionalismo da época clássica propunha-se a conquistar terrenos cada vez mais amplos e através da Razão humana, o miserável racionalismo

puramente as vivências subjetivas dos homens. Ou seja, a intuição para eles não possui aspecto antropomorfizador; ao contrário, a intuição faz parte de um dos níveis de apreensão objetiva do real, ainda que não o único.

¹² A análise marxiana compreende que não há um componente de caráter moral presente nas ações da burguesia e principalmente em seus ideólogos. Na verdade, acreditam que os princípios burgueses sejam de fato os mais corretos e únicos para toda a humanidade. Tomam, como sinaliza Coutinho (1972), a particularidade materializada pela ordem burguesa como se fosse a universalidade em si.

da decadência preocupa-se principalmente em estabelecer ‘limites’ ao conhecimento, enquanto a filosofia clássica era preponderantemente ontológica, preocupada com o conteúdo objetivo do mundo, o agnosticismo decadente pretende-se simples epistemologia, simples análise formal dos ‘limites do conhecimento’.(...) A ‘miséria da razão’ é a expressão teórica – deformada e deformante – do mundo capitalista (COUTINHO, 1972, p.38).

Assim, embora ainda existam vários outros aspectos que corroboram a vertente racional formal-abstrata, pensamos ter sumarizado apenas aqueles essenciais para os limites e objetivos deste trabalho, cabe-nos ressaltar, entretanto, como já indicado anteriormente, em que medida as correntes irracionalista e formal-abstrata convergem entre si.

Em primeiro lugar, podemos afirmar que ambas possuem expressões imediatistas diante do real e não superando o caráter aparente, não conseguem alcançar sua essência.

Exatamente por não objetivarem o alcance da essência, também não favorecem o entendimento da totalidade dos fenômenos reais, muito pelo contrário, consideram que tal preocupação não pode se constituir em objeto de pesquisa por ser simplesmente inacessível. Tanto as correntes irracionalistas, quanto aquelas apoiadas no racionalismo formal-abstrato, delegam ao campo do pensamento agnóstico tudo aquilo que se põe como problema de cunho ontológico.

Assim, torna-se mais fácil compreendermos o caldo cultural que antecede o chamado campo pós-moderno atual. No entanto, é importante destacar que as condições históricas, feitas pelos homens, incidem diretamente sobre seu agir e pensar, de modo que o irracionalismo, a partir de seus principais expoentes, apenas tomou força em um contexto repleto de contradições. Tratava-se do cenário posto ao mundo especialmente na primeira metade do século XX, quando somente uma análise pautada na razão dialética poderia explicar, que verificamos a impulsão do novo irracionalismo. Tão logo, a ordem burguesa retoma sua estabilidade no segundo pós-guerra, as correntes passam a disputar espaços com perspectivas de caráter racionalista, como foi o caso do estruturalismo.

É neste sentido, considerando o movimento sócio-histórico do qual somos partícipes, que circunscrevemos a existência do campo pós-moderno na atualidade, renovando velhos, porém nunca totalmente esquecidos preceitos e argumentos.

1.2.2. O campo pós-moderno em questão

Podemos iniciar tal discussão afirmando que a crítica que se põe à modernidade não é algo recente, mas já existente desde o século XIX no bojo do que podemos chamar de irracionalismo, isto é, para aqueles que não entendiam a razão como ferramenta de compreensão do mundo, a perspectiva de modernidade era portadora de um problema em seu âmago. A partir da negação de qualquer tipo de teoria social, para os irracionaisistas as determinações sociais apenas podem ser entendidas quando observadas com os olhos da estética e das artes. Trata-se, ainda neste momento, do chamado antimodernismo, que certamente trouxe alguma simpatia e inspiração aos pós-modernos.

A crítica à modernidade é, assim, antiga. Para Weber, citado por Harvey,

O projeto de modernidade nunca deixou de ter seus críticos. Edmund Burke não fez nenhum esforço para esconder as suas dúvidas e o seu desgosto com os excessos da Revolução Francesa. Malthus, rebatendo o otimismo de Condorcet, mostrou a impossibilidade de um dia se escapar das amarras da escassez natural e da necessidade (HARVEY, 1992, p.25).

Segundo Harvey, já no século XX, o pensamento weberiano também demonstrava preocupações frente ao ideário moderno, visto que para este,

a esperança e a expectativa dos pensadores iluministas era uma amarga e irônica ilusão. Eles mantinham um forte vínculo necessário entre o desenvolvimento da ciência, da racionalidade e da liberdade humana universal. Mas, quando desmascarado e compreendido, o legado do Iluminismo foi o triunfo da racionalidade proposital-instrumental. Esta forma de racionalidade afeta e infecta todos os planos da vida social e cultural, abrangendo as estruturas econômicas, o direito, a administração burocrática e até as artes. O desenvolvimento da racionalidade proposital-instrumental não leva à realização concreta da liberdade universal, mas à criação de uma 'jaula de ferro' da racionalidade burocrática da qual não há como escapar (HARVEY, 1992, p.25).

Contudo, o debate da pós-modernidade, tal como este tem se estendido atualmente, remonta de 1979 com a publicação do relatório e depois livro de Lyotard (1994), intitulado *A condição pós-moderna*. Neste, Lyotard empreende um debate de natureza epistemológica acerca das condições contemporâneas para a construção do conhecimento, chegando a conclusão (óbvia se partirmos da compreensão dos princípios que norteiam a ordem burguesa) de que este último possui valor de troca, pois é permeado por valores mercantis. Para o

referido pensador, os fundamentos que sustentavam a produção do conhecimento baseado no meta-relato ou meta-narrativa derruíram nos anos 60/70¹³.

Mas qual foi o caldo sócio-cultural que passou a inspirar o vasto leque de pensadores neste período? Sem querer nos estender em demasia, é importante sinalizar que o cenário que despontou no chamado pós-68 não foi nada animador para aqueles que defendiam a construção de um mundo pautado na razão moderna; e de fato acabou por intensificar para alguns a idéia de derrota daquilo que se convencionou chamar de modernidade, na medida em que concentrou o desenvolvimento de três crises praticamente simultâneas: o fim do “terceiro-mundismo”, no qual não havia mais a esperança de que algum país deste bloco se tornasse de fato uma potência mundial e, principalmente, que pudesse detonar algum momento revolucionário; o esgotamento do padrão compensatório pautado no Welfare State; e por último, o colapso do socialismo real. Os três eventos acenaram para a impossibilidade de construção de uma ordem alternativa ou menos selvagem para o capitalismo, por um lado; e por outro, desmontaram a perspectiva moderna de criação de um mundo justo e universal. É na esteira destes acontecimentos que poucos intelectuais resistiram em face de outros inúmeros que se renderam e/ou aderiram e/ou mudaram suas bases de entendimento, afirmando que os paradigmas anteriores não explicam mais o movimento e a complexidade da vida social. Logo, é necessário criar-se um novo paradigma que traga novas respostas¹⁴.

Assim, enquanto para os modernos as grandes narrativas expressavam a preocupação central de se alcançar a totalidade ou pelo menos se aproximar dela, para Lyotard, o conhecimento não pode pretender ser a verdade em si, mas apenas a retórica, daí a importância da linguagem e da persuasão para se construir consensos¹⁵.

¹³ Cabe aqui chamar a atenção para o cenário vivido no período que envolve os anos 60/70, mais precisamente 1968, ou seja, dez anos antes de Lyotard publicar suas idéias pós-modernas. Em 1968, a existência de uma série de acontecimentos, aparentemente locais, expressaram efetivamente a possibilidade de construção de um mundo novo. Nas palavras de Netto, “68 foi o terremoto que permitiu vir à tona anseios, desejos, projetos que pareciam derruir a ordem burguesa (...). Doze meses depois, (...) daí para frente, a palavra revolução perdeu tonicidade e ganhou sentido de utopia. Primeiro, ela foi deslocada para utopia, depois no final do século, parece que sucumbia e na esquerda emerge a expressão ‘reinventar a utopia’”. (Transcrição de aula do Professor José Paulo Netto, em 21 de maio de 2002, durante a disciplina Questões de Teoria Social, Cidadania e Serviço Social – PPGSS/UFRJ).

¹⁴ É neste âmbito que se identifica o fortalecimento da chamada “nova esquerda”.

¹⁵ Cabe aqui o resgate, ainda que breve, acerca do debate sobre os paradigmas dos anos 50/60, que possui em Thomas Khum (1972) seu ponto alto com a publicação da obra – A estrutura das revoluções científicas. Nesta obra, entende-se por paradigma o conjunto de normas, ritos e métodos que tornam consensuais determinadas

Lyotard publiciza, então, aquilo que outros irão fazê-lo, constituindo no chamado “campo pós-moderno”, sob o qual gravitam várias concepções e autores. Um deles é Vattimo (1994), grande expressão da pós-modernidade, para ele há um processo de franca semiologização da realidade social, pois embora a dimensão simbólica tenha estado sempre presente em diversas análises das chamadas ciências humanas, o mundo contemporâneo (permeado pelo avanço das comunicações e das tecnologias da informação) é mais do que nunca composto por imagens. São elas que organizam as informações necessárias à percepção dos homens frente ao mundo em que vivem. A realidade consiste, desta forma, em um mundo de sentidos e de símbolos, que não existe independente dos homens, mas a partir das representações que se faz dela. Não há, portanto, nenhum envolvimento racional nesta direção, muito ao contrário, o mundo é em si igual a representação simbólica.

Assim, embora possa parecer um despropósito, principalmente para aqueles que ainda acreditam numa perspectiva racionalista e histórica de se entender o mundo, a tendência pós-moderna tem avançado e muito. Um pensador bastante conhecido e lido também no âmbito do Serviço Social é Boaventura Sousa Santos (2000). Para o referido autor, diante das crises do Welfare State e do socialismo real, torna-se muito difícil a previsão ou constituição de qualquer projeto societário, tal como se construiu a modernidade. Contudo, é possível superar tal dificuldade quando ela se aplica ao campo epistemológico.

Boaventura Sousa Santos, embora se coloque favorável às metas que a modernidade original e legitimamente pretendia alcançar, afirma que seus meios se mostraram ineficazes. Tal ineficácia se assenta para o autor, basicamente, em alguns aspectos, que sucintamente, expomos a seguir: o primeiro deles é o entendimento que as ciências da natureza e as sociais, segundo ele, não são ontologicamente diferentes, pois a natureza é uma categoria social, ou seja, “todo conhecimento científico-natural é científico-social. Este passo epistemológico é um dos mais decisivos na transição paradigmática que estamos a atravessar” (SANTOS, 2000, p.89). O segundo aspecto, que possui uma relação intrínseca com o primeiro, refuta a

formas de solucionar um problema científico. Sempre que determinado paradigma não responde mais às questões antes a ele aplicadas, pode-se dizer que tal paradigma entrou em crise, fazendo com que a ciência perca sua “normalidade” habitual e a deixando em suspenso até que um novo paradigma passe a vigorar. O interessante na proposta de Khum é que a maneira como um paradigma assume ou perde sua validade, depende diretamente do aval da comunidade científica, o que por sua vez deixa claro a incidência de determinados interesses na construção ou não da legitimidade do paradigma. Embora Lyotard não aponte em sua obra especificamente tal perspectiva, é exatamente tal ideário de paradigma que nela está implícito.

prioridade atribuída pela modernidade ao conhecimento científico. Para Boaventura Sousa Santos, o saber popular não é um conhecimento inferior.

Assim, é no dizer do próprio autor que ambos elementos são clarificados,

podemos afirmar hoje que o objeto é a continuidade do sujeito por outros meios. Por isso, todo conhecimento emancipatório é autoconhecimento. Ele não descobre, cria. Os pressupostos metafísicos, os sistemas de crenças, os juízos de valor, não estão antes nem depois da explicação científica da natureza ou da sociedade. São parte integrante da mesma explicação. A ciência moderna não é a única explicação possível da realidade. Nada há de científico na razão que hoje nos leva a privilegiar uma forma de conhecimento baseada na previsão e controle dos fenômenos (SANTOS, 2000, p.84).

Um terceiro aspecto relaciona-se ao entendimento que Boaventura Sousa Santos faz do que seja verdade. Enquanto a modernidade pautou-se na compreensão de que pela razão era possível se alcançar a verdade efetiva, para ele, a chamada pós-modernidade postula que a verdade em si não existe, o que há, na realidade, são consensos estabelecidos a partir de uma comunidade de sujeitos acerca de determinado fenômeno. É muito mais importantes, assim, um bom discurso e argumento, do que a busca da verdade em si.

O que está em jogo não é uma decisão sobre a validade das novas descobertas, mas a existência ou não de uma nova percepção de realidade. Assim, a questão será decidida, em última análise, através da força dos argumentos que os grupos utilizem, dentro da comunidade relevante, em defesa de uma determinada percepção global (SANTOS, 2000, p.98).

Portanto, se não é possível a construção de uma verdade, tão pouco será de uma razão que se pretenda macro-histórica. Boaventura Sousa Santos defende assim a existência de “mini-racionalidades”, que transitam no espaço privado/doméstico, e que de certa forma conferem racionalidade àquilo que comumente chama-se “senso comum”. Contudo, embora possa possuir um caráter mistificador e/ou mistificado, para pós-modernidade, o “senso comum” assume um status fundamental na produção do conhecimento, visto que,

O senso comum é prático e pragmático; reproduz-se colado às trajetórias e às experiências de um dado grupo social e, nessa correspondência, inspira confiança e confere segurança. O senso comum é transparente e evidente; desconfia da opacidade dos objetivos tecnológicos (...). O senso comum é superficial porque desdenha das estruturas que estão para além da consciência, mas por isso mesmo, é exímio em captar a complexidade horizontal das relações conscientes entre pessoas e entre pessoas e coisas. (SANTOS, 2000, p.108).

São muitos outros os autores que, no limite, transitam na perspectiva pós-moderna, contudo optamos em nos limitar somente a alguns e, sobretudo a Boaventura Sousa Santos, em função dos limites deste trabalho e no caso deste último, em virtude da aceitação que este possui entre os assistentes sociais. No entanto, cabe-nos ressaltar que os aspectos aqui apenas sumariamente tratados que envolvem o atual pensamento pós-moderno deixa-nos claro seu perfil fortemente ideológico à medida que parece não conhecer, ou pelo menos não seja essa a preocupação dos pensadores deste campo, os fundamentos que permeiam e vitalizam a ordem burguesa, e, neste sentido, acabam por transferir a crítica dos moldes capitalistas à um problema de ordem epistemológica e cultural. Deste modo, a pós-modernidade cria uma imagem falsa daquilo que é real, tendo em vista que não consegue ultrapassar a aparência dos fatos.

Além disso, não compartilham de nenhuma perspectiva assentada na idéia de causalidade, pois refutam a existência de determinismo, confundido com “finalismo histórico”. Não entendem que o caráter teleológico (que expressa a finalidade) está presente na ação dos homens e não no desenvolvimento da história. A história não é determinada previamente, mas construída por homens que nascem sob condições, aí sim, já estabelecidas pelas gerações anteriores. A existência dessas condições, todavia, não impede os homens de alterarem o rumo da história, mas apenas demonstra sobre que bases irão atuar.

Outro aspecto também presente nas composições pós-modernas é a clara ruptura com o universalismo em nome do “direito à diferença”, cujo argumento é de que o universal oprime o singular. Compartilhamos com a percepção que diante da injustiça social existente em vários países, entre eles o Brasil, como reafirmar direitos universais, se a prioridade for do singular? Já de outro modo, como se opor ao sectarismo, ao xenofobismo, se defendermos a primazia do que é local? Não se trata de se eximir a instância da singularidade, mas relacioná-la à universalidade a partir das diversas mediações que se põem ao longo deste percurso. Só assim se é possível alcançar, não a singularidade, mas a particularidade.

Verificamos, desta forma, que diante dos aspectos que conformam a pós-modernidade, nada sobra da Teoria Social Moderna, na qual era patente o predomínio da razão em busca de uma verdade objetiva. Como construir uma “nova teoria social” da pós-modernidade, face ao

colapso do projeto ilustrado? Para os pensadores pós-modernos, tal problema já lhes parece resolvido. Embora não centrada em uma razão moderna que possua ou tente possuir um caráter macroscópico, a “teoria da pós-modernidade” deverá ser baseada em três eixos centrais: o primado da intuição, o fortalecimento do holismo e o empirismo. Os três reforçam a negativa a qualquer tendência que leve a grande narrativa, apóiam-se na descrição em detrimento da análise e acabam por imputar o irracionalismo nas suas acepções. Trata-se, sem sombra de dúvida ou engano, de vários passos para trás ou nas palavras de Eagleton (1998, p.118), “o pós-modernismo não é, por certo, apenas uma espécie de equívoco teórico. Ele é, entre outras coisas, a ideologia de uma época histórica específica do ocidente”.

2 – CONSEQÜÊNCIAS PARA O SERVIÇO SOCIAL FRENTE AO CENÁRIO ATUAL

Até aqui tentamos apresentar o cenário que vem se construindo ao longo da segunda metade do século XX e se aprofundando neste novo século que desponta. E é a partir da compreensão deste contexto que nossas preocupações se dirigem ao Serviço Social, uma vez que este tem se mostrado, como todas as demais profissões, sensível a este quadro.

A questão de fundo que se põe, ao nosso ver, é: *diante deste conjunto de aspectos desenvolvidos nos itens anteriores que conformam o cenário atual, quais tendências se apresentam ao Serviço Social no que tange a dois fatores centrais – 1. Sua inserção e permanência no mercado de trabalho; 2. A percepção e trânsito das atuais tendências ideoculturais no interior da categoria profissional.*

Quanto ao primeiro fator apontado, é claro que os assistentes sociais sofrem e compartilham das mesmas angústias e dificuldades sentidas pelos demais trabalhadores. Ademais, se lembrarmos que o Estado, agora em franco processo de redução de funções, ainda é e sempre foi o principal empregador dos assistentes sociais, a situação torna-se bastante dramática do ponto de vista da contratação de novos profissionais na esfera pública, sob a condição estável de servidores, sobretudo a federal. Contudo, vale ressaltar que tal fato tem gerado uma tendência à contratação de profissionais nos pequenos municípios do interior, o que, se por um lado, significa uma alternativa para as novas gerações recém-formadas; por outro, o número de vagas por município geralmente é pequeno e os cargos oferecidos com

baixos salários, obrigando os jovens profissionais a buscarem um número sem fim de concursos e seleções.

Outras possibilidades de inserção no mercado surgem ao Serviço Social, como por exemplo a entrada desse profissional nos diversos Conselhos previstos na legislação em vigor como os Conselhos de Saúde, de Assistência, da Criança e Adolescente e etc. Já outro campo que merece destaque, refere-se à gestão pública, no qual os assistentes sociais, a despeito da histórica função de “executor terminal das políticas sociais” (NETTO,1996a) têm ocupado espaço na gestão dos programas sociais, competindo com outros profissionais. No entanto, cabe ressaltar que muitos destes cargos possuem o caráter temporário, mantendo-se somente enquanto durar o programa ou conforme as intenções governamentais, não havendo, desta forma, perenidade nas ações e nem tão pouco transmitindo segurança ao profissional.

Outra área que tem contratado os assistentes sociais é o chamado “terceiro setor”, que diante da programática neoliberal de minimização do papel do Estado como principal prestador dos serviços sociais, tem assumido alguns setores deste segmento. Vale ressaltar que em algumas situações, o Estado contrata determinado projeto (ou o desenvolve em parceria) de uma determinada ONG e é a partir desta relação que os profissionais são selecionados e “empregados”. Ou seja, a relação de trabalho é construída em padrões extremamente precários, sem nenhuma garantia de prorrogação do contrato ao fim do projeto. Como se pode perceber, a terceirização e a precarização das relações de trabalho, que assolam a todos os trabalhadores em potencial, também atingem os assistentes sociais.

Na esfera privada, outro campo de atuação que vem crescendo e merece nossa atenção é a proliferação do que comumente se convencionou chamar de “filantropia empresarial” ou “responsabilidade social”, que consiste na tentativa de ação social por parte das chamadas empresas “solidárias”. No entanto, não se trata daquela filantropia altruísta e de fato afeita às “vicissitudes humanas”, mas com objetivos diferentes da caridade tradicional. Na verdade, tais empresas estão, conforme Iamamoto (1998, p.127), “em busca de uma melhor imagem social, de ampliar vendas e conquistar mercado, (...) com a vantagem de usufruírem dos estímulos oferecidos pelo incentivo fiscal de 2% sobre o lucro operacional”. A lógica, portanto, que move estes empreendimentos nada tem a ver, nem com a pura preocupação com o bem-estar do próximo, e nem muito menos com as conquistas constitucionais pautadas na universalidade de direitos e controle da sociedade sobre a gestão e aplicação de recursos,

muito pelo contrário, tais programas expressam a lógica de mercado, no qual sai com vantagem aquele que possui as estratégias mais competitivas e, diga-se de passagem, mais criativas.

Isto significa que do ponto de vista do mercado profissional, tal campo também não pode representar maior estabilidade aos assistentes sociais, pois depende da disposição da empresa em manter ou não os investimentos nos programas em questão, os quais por sua vez devem estar diretamente submetidos à lógica do custo x benefício.

Neste sentido, um rápido giro pelo mercado profissional nos mostra que tais como os demais trabalhadores, os assistentes sociais também estão sofrendo todos os impactos impostos ao mundo do trabalho pelo atual padrão regulatório em curso, o que nos reforça a necessidade de nos debruçar sobre velhos desafios. "Velhos" porque, na verdade, expressam a antiga busca (pelo menos mais clara depois do processo de Reconceituação) do Serviço Social por maior capacidade de resposta às demandas e dificuldades enfrentadas no cotidiano.

Assim, Iamamoto (1998) sugere que para a apreensão e enfrentamento do cenário atual, marcado pelos aspectos já tratados anteriormente, faz-se necessário uma apropriação mais rigorosa da base teórico-metodológica para construir alternativas, sem desconsiderar o caráter interventivo da profissão, o que exige o aperfeiçoamento técnico-operativo. O lugar e o papel do instrumental, tema que sempre pareceu prioritário para a categoria em detrimento do conhecimento teórico-metodológico, precisa ser redimensionado para que não corramos o risco do tecnicismo de um lado, ou do teorismo do outro.

Além disso, há de se buscar o efetivo engajamento político nos movimentos sociais e reconhecimento da dimensão política da profissão. Contudo, nos alerta Iamamoto (1998), que a afirmação deste pressuposto sem a devida fundamentação teórico-metodológica e técnico-operativa para decifrar os processos sociais, consiste em um equívoco já amplamente discutido no interior da categoria, dada a possibilidade de, como nos anos 70, encaminharmos ao politicismo ou militância e, por conseguinte, a posturas messiânicas e voluntaristas. Para Iamamoto

O grande desafio na atualidade é, pois, transitar da bagagem teórica acumulada ao enraizamento da profissão na realidade, atribuindo, ao mesmo tempo, uma maior atenção às estratégias, táticas e técnicas do trabalho profissional, em função das particularidades dos temas que são objetos de estudo e ação do assistente social (IAMAMOTO, 1998, p.52).

Na verdade, o próprio padrão flexível exige de todos os trabalhadores, incluindo o assistente social, muito mais do que a execução das tarefas, mas a participação do trabalhador na condução e otimização do processo e na compreensão e solução de seus eventuais pontos de estrangulamento. É necessário, portanto, um trabalhador capaz de pensar, propor e planejar. No caso do assistente social, conforme Iamamoto (1998), isso por sua vez exige o rompimento com a relação utilitária com a profissão, limitada à burocracia e ao cumprimento de horários. O exercício da profissão implica saber propor, negociar com a instituição, defendendo seu espaço de trabalho, suas atribuições e direitos profissionais. Para Iamamoto,

as possibilidades estão dadas na realidade, mas não são automaticamente transformadas em alternativas profissionais. Cabe aos profissionais apropriarem-se dessas possibilidades e, como sujeitos, desenvolvê-las transformando-as em projetos e frentes de trabalho (IAMAMOTO, 1998, p.21).

No entanto, embora as possibilidades de fato existam materialmente na realidade, pois caso contrário deveríamos nos contentar com o “fim da história”, não acreditamos que estejam claras, nem tão pouco sejam facilmente percebidas pelos profissionais¹⁶. Tal entendimento parte principalmente da consideração de que as dificuldades impostas pelo desemprego e pela redução do número de postos de trabalho na esfera pública e privada têm estimulado os trabalhadores de uma forma geral, e o assistente social em particular, a disputar entre si as possíveis e/ou eventuais vagas ainda existentes, rompendo com qualquer iniciativa que expresse a tão necessária solidariedade de classe e com isso acirrando a competição e o individualismo, qualidades tão presentes no ideário burguês voltado ao alcance do sucesso profissional. Com isso, a saída passa a ser a busca por soluções individuais pela via da qualificação e da afirmação das competências. Torna-se “empregável” aquele que possui a melhor resposta e que, por conseguinte, está mais “afinado” com as demandas atuais.

Assim, diante do quadro do “salve-se quem puder”, das atuais imposições da empregabilidade e da tradicional dificuldade da categoria em apreender o papel e a natureza da teoria e sua relação inseparável com a prática, enfraquecendo, deste modo, a construção de estratégias para o efetivo exercício profissional, assiste-se o fortalecimento da procura por “novos aportes teóricos”, francamente assentados no chamado “campo pós-moderno”, cujas

¹⁶ Faz-se necessário ressaltar que tal inferência não consiste no resultado de nenhuma pesquisa formalmente empreendida por nós, mas é fruto do contato muito próximo com graduandos e profissionais de Serviço Social.

características elementares foram apontadas no item anterior deste ensaio, o que nos facilita identificar em que medida tais aportes já estão presentes em algumas produções do Serviço Social e no discurso de alguns de seus atuais e antigos atores.

Em nome do “afinamento” com os novos tempos e com pluralismo, ou melhor dizendo, com uma apreensão equivocada do que ele representa, observa-se a volta e a reafirmação de antigos valores e práticas presentes no Serviço Social¹⁷. E aqui residem, ao nosso ver, sérios riscos para o Serviço Social brasileiro. Mas de que tipo de riscos estamos exatamente falando? Podemos identificar, em última análise, dois que nos parecem graves e auto-implicados: o fortalecimento do conservadorismo e a possibilidade de esvaziamento dos princípios ético-políticos, o que tentaremos fundamentar a seguir.

Historicamente a trajetória do Serviço Social foi marcada pelo forte vínculo com a tradição conservadora, seja oriunda da Igreja Católica, seja do pensamento laico. Tal vinculação, por sua vez, não se deu por acaso, mas era necessária para a forma como os profissionais de Serviço Social deveriam encaminhar suas ações junto à “clientela”. Necessária para a correspondência desta profissão com os interesses da ordem burguesa (pois é neste sentido que se configurava como um dos instrumentos legitimadores desta ordem) e para a construção de sua auto-representação. Ou seja, se partimos do entendimento que esta profissão apenas se constituiu como tal em função de uma determinada forma de enfrentamento das seqüelas da “questão social” por parte da esfera pública, e se compreendemos que no capitalismo o Estado é comumente capturado pelos interesses burgueses, não é de se estranhar que o Serviço Social sofresse a influência do pensamento conservador. Assim, na esteira deste entendimento, torna-se bastante clara a maneira como os assistentes sociais encaminhavam suas ações profissionais frente às demandas existentes – diante dos “problemas sociais”, a intervenção profissional devia tomá-los como problemas individuais, de fundo moral e/ou psicológico, cujo “tratamento”, pautado no relacionamento assistente social/cliente, objetivava a mudança comportamental. Isenta da dimensão política que gera a “questão social”, a abordagem psicossocial tornava suas expressões um problema oriundo de um comportamento psicologicamente perturbado ou desviante.

¹⁷ Neste sentido, sugerimos visitar o site da Federação Internacional de Trabalho Social – FITS: www.ifsw.org/espanol.htm

No entanto, é no dizer de Guerra, que entendemos que, “se a psicologização das relações sociais se expressa como individualização da questão social, transformada em problemas pessoais, essa forma é apenas uma dentre outras maneiras de o pensamento conservador conceber a questão social” (GUERRA, 2001, p.264). Ainda, conforme Guerra, “à psicologização das relações sociais o positivismo acrescenta sua naturalização” (GUERRA, 2001, p.265).

É, portanto, desta forma que a postura e a prática hegemônica dos assistentes sociais frente às seqüelas da “questão social”, durante cinquenta anos (se tomarmos como referência a criação da primeira Escola no Brasil em 1936 até a consolidação do Código de Ética de 1986), foram pautadas pela combinação dos seguintes aspectos: a psicologização, a moralização e naturalização. E com isso, conforme Guerra, “os conhecimentos e os valores no Serviço Social são retirados de campos diferentes. (...) Não obstante, compatíveis com a manutenção da ordem social” (GUERRA, 2001, p.272). O ecletismo configura-se, portanto, em um velho problema para o Serviço Social, recriado em tempos atuais, como se fosse um recurso ao pluralismo.

Na verdade, além do ecletismo, do apelo às abordagens psicossociais – terapêuticas ou “clínicas”, à perspectiva holista e intuitiva, na qual o conhecimento teórico não permite entender a realidade¹⁸, recupera-se hoje a herança conservadora que perseguiu o Serviço Social ao longo de muitas décadas. No entanto, para aqueles que apregoam o fim ou a falência da modernidade, trata-se não de um retorno à herança cultural conservadora, mas da necessária articulação do Serviço Social com os tempos atuais, e estes já sabemos como têm se configurado em termos políticos, econômicos e ideoculturais – a apologia da lógica do mercado com o incentivo de respostas privadas para questões de alcance público; o enfraquecimento de todos os mecanismos que se fundamentam na democracia e o fortalecimento do efêmero, do superficial, do aparente e descartável a despeito daquilo que compõe a essência do real. É exatamente, neste sentido, que localizamos um segundo risco ao Serviço Social: a transformação dos princípios ético-políticos vigentes em abstrações vazias de sentido.

¹⁸ Para tal perspectiva reside, em última análise, a máxima de que “na prática, a teoria é outra”, e sendo a realidade suficientemente rica, nenhuma teoria é capaz de expressá-la idealmente. A verdade depende, portanto do “olhar” de cada um.

Inicialmente é importante dizer que o debate sobre o chamado projeto ético-político é recente – percebido somente nos anos 90, embora suas bases geradoras estejam presentes no âmbito profissional desde meados dos anos 70, com o processo de Renovação e mais especificamente com a “intenção de ruptura” (NETTO, 1991a), que por sua vez possibilitou a construção de um novo projeto de profissão¹⁹, cujo amadurecimento se deu apenas nos anos 80, com a implantação do currículo mínimo de 1982 e o Código de Ética de 1986.

Um projeto profissional, exatamente por estar vinculado a uma determinada programática societária, não pode eximir-se da dimensão política. Expressa, portanto, aquilo que queremos ser como seres sociais e políticos que somos e que funções desejamos desempenhar na sociedade. Conforme Netto,

Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam requisitos básicos (...) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas (NETTO, 1999, p.95).

Contudo, estando nosso projeto profissional em confronto direto com o modelo de acumulação vigente, é compreensível que tenhamos dificuldades que absolutamente não se situam no projeto em tela, como alguns defendem e acusam-no, mas na própria contraditória estrutura capitalista. Assim, uma leitura falaciosa da realidade pode gerar em determinados segmentos da categoria profissional, o sentimento de que o projeto profissional em questão não corresponde às demandas atuais em função de sua própria direção social estratégica, esta proporcionada por uma vinculação teórico-metodológica e política inadequada e obsoleta.

Na verdade, uma análise criteriosa das condições e bases que geraram o atual projeto profissional, e, por conseguinte, os princípios ético-políticos que norteiam o Código de 1993, mostra que foi exatamente em função do reconhecimento por parte da categoria profissional de sua tradicional e orgânica vinculação com os interesses dominantes e que, em

¹⁹ Cabe ressaltar que o projeto profissional, o qual nos referimos possui uma estreita relação com um determinado projeto societário, pois “a ação humana, seja individual, seja coletiva, tendo em sua base necessidades e interesses, implica sempre um projeto, que é, em poucas palavras, uma antecipação ideal da finalidade que se quer alcançar, com a invocação dos valores que a legitimam e a escolha dos meios para alcançá-la” (NETTO, 1999, p.93). Ou seja, nosso projeto profissional possui uma intrínseca relação com uma determinada perspectiva de sociedade, que supera o atual padrão capitalista de sociabilidade.

consequência disso, era imperiosa a necessidade de romper com tal herança conservadora, que a categoria profissional, enquanto sujeito coletivo, decidiu, ainda no “apagar das luzes” da ditadura em 1979, exprimir esta ruptura (ainda que fosse somente na intenção). É claro que esta tomada de decisão só ocorreu e foi viabilizada por um conjunto de fatores histórico-conjunturais que não nos cabe aqui retomar, mas o fato é que o Serviço Social brasileiro optou a partir daquele momento por trilhar um caminho diferente, de fato comprometido com os interesses e problemas dos usuários de seus serviços, e não mais como uma “pseudo-ajuda” no campo da mudança do comportamento, conforme havia permanecido durante várias décadas. Isso nos impele pensar que a defesa do perfil profissional anterior (ainda que travestido hoje de uma nova aparência) seria um retrocesso a esta lúcida decisão.

Contudo, o atual projeto profissional não impediu que as históricas tendências conservadoras fossem completamente eliminadas do interior da categoria (até porque o ambiente democrático possibilita a convivência de diferentes correntes de pensamento), embora tenha conquistado a hegemonia. E é exatamente essa hegemonia que pode ser ameaçada em função de dois fatores centrais, ao nosso ver: em primeiro lugar, um rápido giro sobre algumas produções e debates internacionais no Serviço Social nos mostra que a ruptura com o conservadorismo, embora seja hegemônica no Brasil, não está equacionada exatamente desta forma em outras partes do mundo (na verdade, nunca estiveram)²⁰. Além disso, se fortalece no Brasil algumas tendências que transitam dos princípios que fundamentam o projeto ético-político atual, tomando-os inclusive como defesa a esta postura, às abordagens psicossociais e terapêuticas, como se estivéssemos falando da mesma coisa.

Em segundo lugar, o contexto de crise que gera desesperança política e cultural, abre o flanco para soluções “pós-modernas”, que a tudo dissolve no irracionalismo, e restitui em novos discursos e práticas o apelo ao individualismo materializado na auto-ajuda, na auto-estima, à forma em detrimento do conteúdo, ao holismo em substituição a universalidade e a verdade em nome do “ponto de vista” ou do “olhar”.

Contudo, embora os homens nasçam sob condições objetivas, as quais não podem diretamente escolher, eles podem com certeza sobre elas intervir. É isso que torna a história um processo, que não é finalista e muito menos fatalista. Nesta direção, Netto (1999) aponta que, apesar de todos os percalços e possíveis armadilhas que a contemporaneidade tem

²⁰ Esta perspectiva nos parece clara em face de leitura criteriosa de alguns textos presentes em Guerra (2001).

apresentado à classe trabalhadora em geral, que o projeto profissional atual, e por conseguinte, o ético-político tem futuro, pois, diz ele – “vinculou-se a um projeto societário que, antagônico ao das classes possuidoras e exploradoras, tem raízes efetivas na vida social brasileira” (NETTO, 1999, p.106). Portanto, a defesa do projeto ético-político profissional faz-se absolutamente imprescindível na contemporaneidade, sem, contudo, perdermos de vista que sua efetividade exige mais do que a intenção de uma categoria profissional, mas a luta coletiva por uma nova ordem societária.

CONCLUSÕES

A análise da realidade a partir de lentes marxianas tem nos deixado evidente que na ordem burguesa não há outra maneira, pelo menos formalmente aceita e legitimada, de sobrevivência que não seja pela via do trabalho assalariado. Tal condição tem submetido a classe trabalhadora a uma série de adversidades, sobretudo se partirmos da atualidade, na qual vivencia-se a ruptura com o padrão de assalariamento construído especialmente a partir do segundo pós-guerra, trazendo precarização, insegurança e desemprego.

A solução disso, nos marcos da racionalidade burguesa, não pode ser coletiva, mas individual, cabendo aos próprios trabalhadores buscarem a qualificação, preferencialmente através dos cursos universitários. A corrida pelas universidades, tão estimulada pela necessidade de empregabilidade, conflui com o desmonte das instituições públicas, obrigando os trabalhadores a se submeterem aos cursos privados que se multiplicam. Nestes a pesquisa não é incentivada, nem para o corpo discente, nem ao docente, majoritariamente “horistas”.

Assim, diante deste quadro, no qual a prioridade da graduação é encontrar um emprego o mais rápido possível (nesta direção é comum os alunos desejarem antecipar disciplinas com o intuito de terminar mais cedo o curso, mesmo se isso levar à quebra da lógica curricular), sem a preocupação com a investigação e a produção do conhecimento; e a exigência do mercado se põe, no dizer de Simionato (1999, p.89) em, “ações e papéis profissionais cada vez mais multifacetados, voltados à eficiência da técnica”, as possibilidades da reatualização de práticas conservadoras existem e se fortalecem.

Neste sentido, é ainda Simionato que nos alerta que,

O Serviço Social defronta-se, portanto, com duas perspectivas teóricas distintas: a que compreende a ação profissional como um campo de fragmentos, restrita às demandas do mercado de trabalho, cuja apreensão requer a mobilização de um corpo de conhecimentos e técnicas que não permite extrapolar a aparência dos fenômenos sociais; e, uma outra, que compreende a ação profissional a partir de uma perspectiva de totalidade, de caráter histórico-ontológico, remetendo o particular ao universal e incluindo as determinações objetivas e subjetivas dos processos sociais.(...) O fortalecimento de uma ou outra dessas perspectivas depende, dentre outros fatores, das opções teórico-metodológicas e ético-políticas da profissão no limiar do século XXI (SIMIONATO, 1999, p.89).

Com efeito, o que se põe à categoria profissional é uma escolha clara – manter a hegemonia do projeto profissional a duras penas conquistada ou abraçar tendências pautadas nas abordagens comportamentais, psicossociais, voluntaristas, e para usar um termo muito em moda hoje em dia, holista. A escolha consciente entre uma ou outra perspectiva profissional apenas pode se dar a partir do profundo investimento em formação profissional (incluindo os graduados), e aí é imprescindível o papel da universidade e das entidades da categoria.

ABSTRACT

The article reflects upon the challenges of current Social Work, in light of the new stage of capital development, whose consequences may be observed in the changes in the workplace, and in the role of the State and the strengthening of post-modern tendencies.

Key words: labor, State, modernity, post-modernity.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COUTINHO, Carlos Nelson. *O estruturalismo e a miséria da razão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

EAGLETON, Terry. *As ilusões do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

FILGUEIRAS, L.H.G. Modernidade versus pós-modernidade. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n.53, 1997.

GRAVE, Fátima. Trabalho, desemprego e serviço social. *Revista Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n.69, 2002.

GUERRA, Yolanda. *A instrumentalidade do serviço social*. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. As racionalidades do capitalismo e o serviço social. In: MOURO, H.; SIMÕES, D. (orgs.). *100 anos de serviço social*, Coimbra: Quarteto, 2001.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 5 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HORKHEIMER, Max. Teoria tradicional e teoria crítica. In: *Os Pensadores: Adorno, Horkheimer e Habermas*. São Paulo: Abril, 1975.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1998.

KHUM, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

LUKÁCS, G. *Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979.

LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. Petrópolis: Vozes, 1994.

NETTO, Jose Paulo. Notas sobre marxismo e serviço social, suas relações no Brasil e a questão de seu ensino. *Cadernos ABESS*, São Paulo, n.4, 1991a.

_____. *Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 1991b.

_____. Transformações societárias: notas para uma análise prospectiva e perspectiva da profissão no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n.50, 1996a.

_____. *Capitalismo monopolista e serviço social*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996b.

_____. A construção do projeto ético-político do serviço social frente à crise contemporânea. In: *Capacitação em serviço social e política social: crise contemporânea, questão social e serviço social*. Módulo I. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/UNB, 1999.

ROUANET, Sergio. *Mal-estar na modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, Josiane Soares. Pós-modernidade, neoconservadorismo e serviço social. *Temporalis*, Recife, n.10, 2006, p.29 – 50.

SIMIONATO, Ivete. As expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade. In: *Capacitação em serviço social e política social: crise contemporânea, questão social e serviço social*. Módulo I. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/UNB, 1999, p.77 - 90.

SOUZA, Adryanice Angélica S. de. Pós-modernidade: fim da modernidade ou mistificação da realidade contemporânea? *Temporalis*, Recife, n.10, 2006, p.51 – 81.